

## Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído

Marcos Leandro Mondardo  
Mestrando em Geografia UFGD e bolsista CAPES

**RESUMO:** Os caboclos tiveram uma importância muito grande, enquanto indivíduos que ocuparam diversas regiões do Brasil. No Sudoeste paranaense, os caboclos tiveram uma participação importante no processo de (re)ocupação. A partir disso, busca-se neste artigo discutir elementos da territorialidade cabocla no Sudoeste do Paraná, bem como demonstrar os processos que se desenrolaram através da migração direcionada de gaúchos e catarinenses para a referida região. Por fim, apresentam-se algumas evidências constatadas para a diminuição destes indivíduos, além de buscar demonstrar seu papel nesta sociedade constituída, mais recentemente de migrantes sulistas.

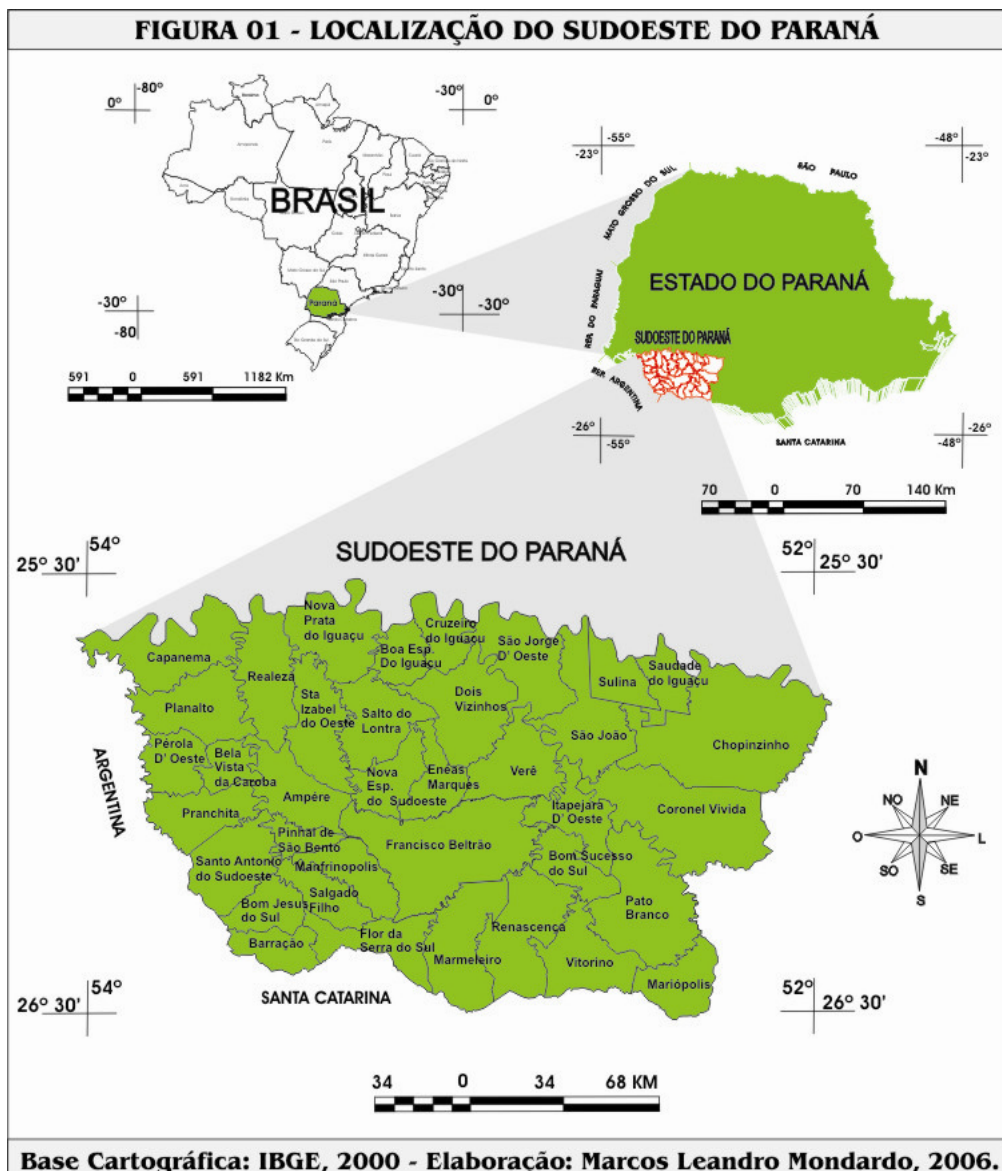
**PALAVRAS-CHAVE** – Chave: caboclos; migração; exclusão.

**ABSTRACT:** The caboclos had had a very great importance, while individuals that had occupied diverse regions of Brazil. In the paranaense southwest, the caboclos had had an important participation in this process the (re)occupation. From this, one searches in this article to argue elements of the caboclo territoriality in the Southwest of the Paraná, as well as demonstrating the processes that if had uncurled through the directed migration of gauchos and catarinenses for the related region. Finally, one presents some you evidence evidenced for the reduction of these individuals, beyond, of will search to demonstrate its paper in this consisting society, more recently, of sulistas migrantes.

**KEYWORDS:** caboclos; migration; exclusion.

### Introdução

A região Sudoeste do Paraná (figura 1), teve sua chamada “ocupação efetiva” a partir de 1943, com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), que organizou a colonização intensiva desse território. A criação da CANGO foi realizada, pelo então Presidente Getúlio Vargas, para ser o instrumento fundamental do povoamento efetivo da região, com o intuito de firmar a posse territorial do até então “espaço vazio” regional. Posteriormente, este processo de ocupação foi denominado de “marcha para o oeste” (LAZIER, 1998: 92).



No entanto, anteriormente ao ano de 1943, existiam ali presentes, mesmo que de maneira dispersa e rarefeita, indivíduos habitando esta região do Paraná.

Como afirma Corrêa (1970: 6), o “sudoeste paranaense era uma região até então vazia ou esparsamente povoada, em grande parte, por caboclos”.

Para Steca e Flores (2002: 30), no ano de 1858, já existiam na região Sudoeste do Paraná “caboclos e alguns estrangeiros aculturados, os quais pouco faziam além de prover às suas próprias necessidades imediatas. Faltavam meios de transporte e de comunicação com o mundo exterior”.

Neste contexto, o presente estudo pauta-se no objetivo de desvendar as *origens* dos caboclos do Sudoeste paranaense. Para isso, buscamos entender, e desmistificar, quem eram estes sujeitos sociais, quais seus hábitos e sua organização espacial, quais seus destinos, e, em quais condições históricas diluíram-se suas raízes culturais?

Assim sendo, entendemos ser de imprescindível valia o esforço em refletir sobre como se deu a *ocupação histórica* da região pelos caboclos, para compreender, em seguida, sua origem, fixação e ocupação no território do Sudoeste do Paraná.

Entendemos ser importante a compreensão da construção histórica destes habitantes de um determinado espaço. Desse modo, concordamos com Boneti (2005: 110), pois “desconhecer a presença dos caboclos é adotar um entendimento de território sem considerar o todo, a história, a cultura, o processo de construção da infra-estrutura etc”.

## **A sociedade cabocla no sudoeste paranaense**

No Brasil, várias explicações e derivações surgiram em relação à denominação de “caboclo”, tendo como variável de sua caracterização, sua localização geográfica e, fundamentalmente, seu modo particular de vida<sup>1</sup>. A etimologia para caboclo é aquela dada por Câmara (1972: 193): “Caboclo vem [do

---

<sup>1</sup> “Diferentes autores se referem à composição étnica dos caboclos, sendo estes resultantes da miscigenação de índios, brancos e negros. Socialmente, tudo indica que se tratavam, principalmente, de antigos ocupantes do espaço das fazendas - peões, agregados, escravos e até estancieiros empobrecidos – que, excedentes nesse espaço, penetraram nas matas em busca de alternativas à sobrevivência” (BLOEMER, 2000: 3).

tupi] *caá*, mato, monte, selva, e *boc*, retirado, saído, provindo, oriundo”. Françaize e Pierre Grenand (apud BOYER, 1999: 8), com base nos escritos da segunda parte do século XVII, nos apresentam que o termo caboclo foi primeiramente usado pelos índios Tupi localizados no litoral, para designar os seus inimigos morando no interior, isto é, “no mato”. Neste contexto, Teixeira (1997: 321) afirma que os caboclos constituíam a última camada do tecido social brasileiro dentro do regime econômico patriarcal, em particular a chamada camada de *homens livres*.

Para Camargo (1999: 94), o caboclo é aquele indivíduo mestiço, resultante do cruzamento do branco com o índio, que habita casas de pau-a-pique e barrote e dedica-se ao cultivo de cereais. É sóbrio, corajoso, se alimenta mal e é extremamente conformado com a vida que leva.

Boyer (1999: 29), ressalta que a palavra “caboclo” é associada a referências culturais intimamente ligadas à história das suas origens. Abandonando o sentido de índio ou de mestiço de índio e branco, caboclo, para a população atual da cidade, designa geralmente o habitante do meio rural, qualquer que seja a sua origem, muitas vezes apresentando-o como crédulo e idiota. De fato, o uso do termo tem uma forte carga negativa. Denota a pouca consideração que se tem para com aquele que se qualifica (ou é qualificado) dessa forma, quando não torna explícito o desejo de ofendê-lo.

Em 1975, Pierre Monbeig, realizando um estudo sobre o Brasil, assim caracterizou o caboclo:

O mestiçamento entre portugueses e índios deu em resultado um tipo de homem original: o mameluco, ou caboclo (...). Pescador na Amazônia e no litoral, criador no Nordeste e no Rio Grande do Sul, caçador de ouro de diamante no Brasil central e em Minas Gerais, desbravador amante da terra na qual não se fixa e que exaure com suas culturas sobre queimadas, o caboclo, com seu enorme chapéu de palha, andrajoso e descalço, é o autêntico camponês do Brasil. Sua casa não passa de uma simples cabana, às vezes feita, inteiramente, de folhas e de troncos de palmeira. Muitas vezes, também, é feita de terra batida, sustentada por varas entrecruzadas (casa de pau-a-pique). Mobiliário e louça ai se reduzem à sua expressão mais simples. O caboclo pouco produz e contribui quase com nada para o mercado interno. Seu baixo nível de vida faz dele um consumidor mesquinho. O próprio termo caboclo já perdeu muito seu significado antropológico, e está servindo para designar o homem da terra, quer se trate de mulato, quer de mestiço de índios e de negros (cafuso e juçara), quer de branco. Resistente aos padecimentos físicos e acabrunhado pela enfermidade e pela subalimentação, corajoso, desconfiado, de uma religiosidade que o atira aos braços das mais extravagantes formas de misticismo, raramente alcançado por

conhecimentos escolares, nada à vontade nas cidades, o caboclo representa um Brasil superado. Pelas suas cantigas, é ele o guardião do folclore, e tudo isso lhe confere uma certa auréola sentimental e artística. Entretanto, a sua passividade torna difícil a sua integração na vida moderna. Personagem dolorosa e cativante, o caboclo representa um peso morto para uma economia moderna (MONBEIG, 1975: 45-46).

Já para Maestri (2005: 231), a civilização cabocla foi constituída por numerosos nativos americanos que se adaptaram à sociedade latifundiário-exportadora através do processo de superação-degeneração das tradições aldeãs nativas. “Grande parte dessa população dedicou-se a uma economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, pesca, coleta e na horticultura itinerante, em região florestal, na periferia da sociedade oficial”. Assim:

O nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanri` uoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva, a designação passou a descrever essencialmente a realidade socioproductiva, mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem *crioulla*. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu (MAESTRI, 2005: 232).

Portanto, a denominação de “caboclo” passou a ser atribuída, no Brasil<sup>2</sup>, para aquele indivíduo que mais propriamente se detinha a uma produção agrícola de subsistência e que morava na floresta. A este, vinculava-se uma vida com características apoiadas na caça, pesca e coleta. Localizavam-se em floresta inóspita, que servia de segurança, pois era considerada a “periferia da sociedade oficial”, isto é, a sociedade da burguesia brasileira.

Esta característica do caboclo pode ser verificada em *O Jeca Tatu*, personagem de Urupês, livro publicado por Monteiro Lobato em 1918, que sintetizou esta imagem:

Funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem

---

<sup>2</sup> Os caboclos se auto-denominam brasileiros. A palavra “caboclo” ou “negro” foi atribuída pelos imigrantes - principalmente pelos italianos - a aqueles indivíduos cujo modo de vida vinculava-se à produção para a subsistência. Contudo, ambas as expressões utilizadas (“caboclos” e “negros”) têm uma forte conotação negativa. Por outro lado, aqueles que se auto-designam de italianos, ou como os “de origem”, são alcunhados pelos brasileiros de “gringos” (BLOEMER, 2000: 11).

chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização das terras, vai ele refugindo em silêncio, com seu cachorro, o seu pilão a-pica-pau e o isqueiro, de modo à sempre conservar-se mudo e sorno (...) (LOBATO, 1918: 219).

Neste contexto, o Sudoeste paranaense teve sempre as condições “ideais” para o desenvolvimento e a sobrevivência de uma sociedade cabocla. Por volta de 1900, quando se tem os primeiros indícios de caboclos no Sudoeste do paranaense, de acordo com Corrêa (1970: 87), na região era caracterizada como sendo um “longínquo e pouco conhecido sertão florestal”, e localiza-se geograficamente em uma zona de fronteira entre Brasil e Argentina.

Bittencourt e Bianchini (1996), caracterizaram esta fase de ocupação cabocla na Região Sul do Brasil da seguinte maneira:

Fase de ocupação cabocla: a população que sucedeu a indígena e miscigenou-se a esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era de agricultura de subsistência, o corte de erva-mate e o tropeirismo. Esta fase foi do início até meados deste século. Os núcleos caboclos originaram-se basicamente dos lugares destinados a pousos (pernoite) ao longo das estradas de Palmas (PR) à Missões (RS) e da exploração da erva-mate no período de trânsito das tropas (BITTENCOURT E BIANCHINI, 1996: 19).

Deste modo, a partir de diferentes estudiosos, podemos perceber, de maneira geral, como eram caracterizados os caboclos no Brasil. Pode-se verificar que a maioria dos autores retratavam esta sociedade de maneira muito igual. Contudo, o que buscamos neste estudo é entender: quem era o caboclo no Sudoeste paranaense? Quais as características historicamente determinadas que qualificavam a geograficidade do caboclo em relação à região do Sudoeste paranaense?

Para Corrêa (1970: 87), “o Sudoeste paranaense foi habitado, antes da vinda dos colonos, por uma população de origem *luso-brasileira* que se dedicava a algumas atividades extensivas”. Como afirma o citado autor, “esses *pioneiros anônimos* eram de origem *luso-brasileira*, tendo sido *genericamente* conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região” (p. 88).

Já para Wachowicz (1987: 85), o caboclo do Sudoeste paranaense não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas *criado* no *sertão*, portanto, na floresta. Este deveria ter hábitos e comportamentos de sertanejo, ou seja, hábitos da caça, da pesca

e da coleta (produção para subsistência). Porém, o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma *cor* mais ou *menos escura*.

De acordo com Bloemer (2000: 3), pode-se complementar que, além da população “estrangeira”, os caboclos eram compostos por estancieiros de origem paulista e portuguesa, em que seus escravos, agregados e peões, começaram a se espalhar pelas matas, dando origem, através da miscigenação com a população indígena, à população “cabocla”. Apoiando-se em Queiróz (*apud* BLOEMER, 2000: 3), os caboclos foram “forros carijós administrados, que andavam vadios, que não tinham casa, nem domicílio certo, isto é, antigos peões e índios, que viviam fugindo”.

Segundo Abramovay (1981: 23), no Sudoeste paranaense, o que o caboclo mais buscava na floresta não era o refúgio. Apesar de sua aparente inospitalidade, a mata era o lugar mais propício para a sobrevivência da população cabocla, ou seja, para ele, era o lugar *livre*.

Portanto, as formulações teóricas apresentadas nos levam a compreender que os indivíduos denominados de “caboclos”, no Sudoeste paranaense, eram de origem *lusu-brasileira* e que precisavam ser *criados* no *sertão*, isto é, no meio da mata. Constituíam-se *genericamente* pela miscigenação de índios, negros e brancos, mas, o que os caracterizava substancialmente em relação à região Sudoeste paranaense, era o modo de vida que os circundava, através da extração de erva-mate, criação de animais (principalmente o suíno), coleta de frutos (principalmente o pinhão) e a caça de animais silvestres (tateto, porco do mato e veado).

No que tange à origem dos caboclos, Boneti (1998: 86), afirma que os primeiros habitantes a embrenhar-se nas matas do Sudoeste paranaense eram fugitivos; uns, da justiça, por serem criminosos, outros, remanescentes da Revolução Farroupilha do Rio Grande do Sul, os quais são conhecidos na região Sudoeste paranaense como “farrapos”, e outros, ainda, remanescentes da Guerra do Contestado.

No entanto, para Abramovay (1981: 26), foram três locais de origem dos primeiros habitantes dessa região. 1) vários eram antigos “agregados” de fazendas de gado dos campos de Palmas. A mão-de-obra empregada nessas fazendas era relativamente escassa, incapaz de absorver o próprio crescimento vegetativo da população. Parte dessa população, que o sistema latifundiário não mais comportava, foi ocupar o *sertão* do Sudoeste paranaense, as matas virgens contínuas aos campos

de Palmas; 2) do estado do Rio Grande do Sul partiu boa parte dos caboclos que iniciaram a ocupação do Sudoeste paranaense. Em função da escassez numérica dessa população, do fato de que seu deslocamento não caracterizava um processo migratório maciço, é impossível determinar, com um mínimo de precisão, os locais exatos de onde saíam os caboclos gaúchos que se dirigiam ao Paraná; 3) A guerra do Contestado também forneceu, à região do Sudoeste paranaense, boa parte de sua população inicial.

Verifica-se, neste contexto, que de diversas origens indivíduos deslocaram-se ao Sudoeste paranaense em busca de novos espaços para produzir e sobreviver. Para Boneti (1998: 91), a *primeira* origem dos caboclos do Sudoeste paranaense refere-se aos países vizinhos, sobretudo à Argentina. Os argentinos vinham para o território do Sudoeste paranaense e se situavam próximos aos rios da região (principalmente no Rio Quatorze ou Lajeado Grande), ficavam morando safras e safras<sup>3</sup>, extraíndo a erva-mate, caçavam e, deste modo, com o passar do tempo, se fixavam nesta terra, até então denominada de ninguém, pois havia, até então, dispersos e desconhecidos habitantes.

Quanto aos caboclos de origem gaúcha, a principal gênese refere-se a um processo histórico denominado de *tropeirismo*<sup>4</sup>. Sendo assim, o caboclo era um destes antigos ou descendentes de tropeiros de mulas. O tropeiro saía da região serrana, Passo Fundo, Soledade etc, e traçava uma rota rumo a São Paulo ou Minas Gerais. Nessa rota, incluía-se a passagem pelo estado de Santa Catarina, sobretudo cidades como Curitiba, Campos Novos, Lages que, localiza-se próxima da divisa com o Paraná, especialmente da região do Sudoeste paranaense. Com os freqüentes extravios das tropas, os tropeiros foram se concentrando e povoando as cidades

---

<sup>3</sup> Denominou-se safra, na região, o processo de engorda dos suínos criados soltos no mato, em mangueirão ou no meio de uma lavoura de milho (BONETI, 2005: 111). Para Steca e Flores (2002: 192), "a criação de suínos desenvolveu-se no Sudoeste paranaense primeiramente no sistema de safra que consistia na formação de uma roça de milho, no período da safra desse grão. No momento da colheita soltavam-se os porcos no milharal e deixava-o se alimentar até chegar o ponto necessário de crescimento e engorda, para ser comercializado. Os porcos quando atingiam o tamanho ideal eram vendidos aos safristas que por sua vez, numa longa jornada a pé levavam a vara (manada de porcos) até o ponto de repasse aos frigoríficos ou aos centros consumidores".

<sup>4</sup> "A economia do tropeirismo baseada no transporte, criação e comércio de animais foi importante no Paraná, e para o Brasil. Promoveu o povoamento do território paranaense nos locais onde eram pontos de parada para descanso das terras, que cruzavam o Paraná com destino a São Paulo; vários vilarejos nasceram para atender os tropeiros e seus animais. Colaborou com a riqueza produzida para a emancipação da Província do Paraná, em 1853. E foi responsável pela integração do Sul com outras regiões do país" (STECA E FLORES, 2002: 179).



catarinenses já citadas, e se infiltrando na região Sudoeste paranaense, povoando cidades mais antigas, como é o caso de Clevelândia, Palmas, Mangueirinha e Guarapuava. Posteriormente, destas cidades mais “velhas”, saíram caboclos que desbravaram as matas dos municípios “atuais” do Sudoeste paranaense<sup>5</sup> (BONETI, 1998: 91-92).

Outro elemento importante, da sociedade cabocla, refere-se à sua *organização espacial*. Os caboclos viviam em espaços denominados de “lotes” ou “propriedades” familiares, que se constituem, ao mesmo tempo, em espaço de moradia e de (re)produção. Essas áreas, juntamente com determinados bens comunitários (escola, igreja, salão de festas etc.) constituem as localidades denominadas de “linhas” que, por abrigarem uma coletividade, são referidas como “comunidades”.

Estas “linhas” correspondem ao “bairro rural”, que é a forma de organização espacial própria às áreas rurais identificados não apenas por sua base territorial, mas também pelo sentimento de localidade de seus moradores, e cujo apego não depende apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio das famílias e dos indivíduos. É um espaço em que os moradores têm consciência de pertencer a uma unidade, pois se apegam à “terra” diferentemente das outras (BLOEMER, 2000: 2).

Quanto aos *hábitos* praticados pelos caboclos, Westphalen *et al* (1988: 30) afirma que no Sudoeste paranaense “vivia uma população cabocla, rarefeita, de modo precário, com miserável cultura de subsistência e sem propriedade da terra que ocupava, como posseira, praticando suas queimadas e marchando sempre adiante logo que via a terra esgotada, despreocupada mesmo pela sua legalização”.

A sociedade cabocla, que vivia na região, principalmente da caça (porco do mato e veado), eram maltrapilhos, mas se alimentavam muito bem em virtude da riqueza que a floresta e as terras do Sudoeste paranaense apresentavam

---

<sup>5</sup> Fazem parte do Sudoeste do Paraná, segundo a classificação do IBGE (2002), os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Coronel Vivida, Chopinzinho, Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Ampére, Realeza, Planalto, Marmeleiro, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, São João, Nova Prata do Iguaçu, Itapejara do Oeste, Barracão, São Jorge do Oeste, Verê, Pérola do Oeste, Renascença, Vitorino, Mariópolis, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Saudades do Iguaçu, Bela Vista da Caroba, Cruzeiro do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis, Sulina, Bom Sucesso do Sul, Boa Esperança do Iguaçu e Pinhal de São Bento.

(ABRAMOVAY, 1981: 25). Portanto, é da mata que saía a riqueza do caboclo, pois retirava dali as principais fontes de sua subsistência.

A floresta, também, oferecia condições favoráveis para as *práticas agrícolas* dos caboclos. No entanto, estas práticas eram rudimentares, sendo que o procedimento mais comum era abrir uma *clareira* na floresta a *fogo* ou com a derrubada da mata virgem à foice e a machado. Como afirma Martins:

As roças de caboclos são unidades de agricultura de derruba e queima de populações tradicionais nas terras firmes dos trópicos brasileiros, geralmente associados com florestas. Elas são derivadas de sistemas indígenas com algumas modificações introduzidas pelos africanos e portugueses (2001: 369).

Deste modo, o fogo era o principal meio que o caboclo tinha para *enfrentar* a floresta. O fogo significava, em primeiro lugar, economia de trabalho no desmatamento. Mas, a esta função estão associadas outras ainda mais importantes.

As cinzas da queimada sobre a terra serviam como um excelente fertilizante para cuja produção depende de pouco trabalho, somente com a queimada.<sup>6</sup> Além disso, a queimada, indubitavelmente, era o método mais rápido e devastador da floresta.

O caboclo, também, utilizava na agricultura o sistema de *pousio*, isto é, a rotação de terras. Para cada área plantada era necessário corresponder uma área de *pousio*, onde a terra recupera suas "forças" para ser plantada posteriormente. Quando a produtividade da área plantada começa a cair, ela é deixada em repouso e passa-se a cultivar na área anteriormente em *pousio*. Assim, nesse sistema, tem-se uma sucessão contínua de terras plantadas e terras em repouso, sendo este um procedimento típico de uma agricultura denominada *primitiva* (ABRAMOVAY, 1981: 27; FERES, 1990: 126).

De acordo com Martins:

A história da roça começa na pré-história e modificou-se com o passar do tempo, com o acréscimo de uma série de componentes. A roça é representante do tipo de *agricultura de derrubada e queima* ou de *pousio* ou agricultura de *coivara*, em que o índio e o caboclo abrem uma *clareira*

---

<sup>6</sup> É importante destacar, ainda, que sobre as cinzas de uma terra virgem não há ervas daninhas em uma quantidade suficiente que venha a prejudicar o desenvolvimento da plantação. O trabalho de limpeza do terreno também é dispensado (FERES, 1990: 528).

dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e ateiam fogo. Dessa maneira, ele incorpora nutrientes ao solo e aí estabelece uma comunidade de plantas que apresenta heterogeneidade de espécies (MARTINS, 2001: 370).

Deste modo, também de acordo com Martins (2001: 374), o sistema de *coivara*, ou *pousio*, adotado pela maioria dos caboclos, são *práticas* em que as roças são abandonadas, na maioria das vezes, após o solo ter esgotado sua fertilidade natural, e retomadas após vários anos, quando as capoeiras já restauraram a fertilidade e assim sua capacidade de produção.

Portanto, a rotação de terras e as queimadas constituem a *base técnica*, se assim podemos nos referir, das atividades produtivas praticadas pelos caboclos.

Para Feres (1990: 234), o espaço cultivado na mata era reduzido ao "tempo das clareiras", sendo que os caboclos plantavam em pequenos pedaços de terra e, também, semeavam as sementes por quilos. Tratava-se, basicamente, de uma pequena produção que se voltava para grandes famílias, constituídas, geralmente, de 10 componentes<sup>7</sup>.

No leque produtivo, os caboclos plantavam, no Sudoeste paranaense, principalmente milho, feijão, arroz e mandioca, sendo que esta última tinha um lugar de destaque na alimentação dos caboclos, talvez pela influência indígena. Além disso, a mandioca era de fácil plantio, sendo, ainda, uma fonte rica em calorias, além de render muito para a alimentação. Uma pequena plantação de mandioca poderia alimentar uma família de caboclos por um ano inteiro<sup>8</sup> (FERES, 1990: 496).

Neste contexto, Martins (2001: 369-371) ressalta que há um alto grau de diversidade nas roças dos caboclos e muitas espécies que estão normalmente presentes, como principalmente a mandioca (*Manihot esculenta*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), taioba ou taiá (*Xanthosoma sp.*), ariá (*Maranta lutea*), araruta

---

<sup>7</sup> É grande o número de filhos entre os "caboclos", apresentando mais de cinco filhos por família, inclusive entre os casais mais jovens (BITTENCOURT E BIANCHINI, 1996: 78).

<sup>8</sup> Historicamente, a mandioca sempre foi fonte energética para essas populações indígenas e "caboclas", e apresenta uma diversidade extremamente grande. Alguns poucos trabalhos investigaram a diversidade de variedades de mandioca em tribos indígenas: 46 variedades ou etno-variedades nas roças da tribo Kuikuro; mais de cem variedades entre os Aguaruna; quarenta variedades entre os Desana; 137 variedades entre os Tukano. Como é produzida tanta variabilidade? Basicamente, verifica-se que as modificações que as plantas sofreram foram feitas pelo homem, e elas mesmas alteraram a estrutura dessas populações humanas (MARTINS, 2001: 373).

(*Maranta arundinacea*), inhame ou cará (*Dioscorea alata*), cupá (*Cissus gongylodes*) e amendoim (*Arachis sp.*), que apresentam o que tem sido chamado de habilidade de combinação ecológica, o que significa que elas otimizam o uso dos fatores ambientais e recursos, minimizando a sobreposição de suas arquiteturas.

No caso de grãos, como milho, feijão, arroz, isso já não acontece: o caboclo tem que deixar de consumir uma parte dos grãos para usar como propágulo para o próximo plantio. No sistema agrícola da roça, baseado na propagação vegetativa, os caboclos geralmente plantam logo depois que colhem. Como a produção não é concentrada numa única época, para evitar o problema do armazenamento, o plantio tampouco é concentrado (MARTINS, 2001: 372).

Abramovay (1981: 32), afirma que vivendo na mata, em um lugar praticamente separado e/ou isolado do resto do estado do Paraná e do Brasil, em razão da inexistência de vias de comunicações acessíveis ao transporte de cargas, os caboclos eram, do ponto de vista econômico, praticamente autárquicos, ou seja, auto-suficientes em relação à sua economia e, conseqüentemente, ao seu modo de sobreviver.

Na produção cabocla também existia, como destacado por Boneti (1998: 101), a extração da *erva-mate*<sup>9</sup>. Esta fora produzida pelos habitantes que chegaram antes dos caboclos à região, sobretudo pelos indivíduos provenientes de países vizinhos como a Argentina e o Paraguai. Sua produção, posteriormente, representou um importante intercâmbio comercial com os caboclos na venda da erva-mate e na compra de produtos de primeira necessidade para a sua sobrevivência. A erva-mate era trocada em pequenas bodegas (armazéns que vendiam e compravam produtos dos caboclos) por açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas e querosene.

Além da erva-mate, peles de animais e, muito raramente, alguns produtos agrícolas também eram usados para troca. Podemos afirmar que a estes produtos se

---

<sup>9</sup> "A erva-mate – *Ilex paraguayensis* – é uma planta nativa, que era encontrada em quase todo território paranaense. A economia ervateira em diferentes épocas serviu como meio de vida para a população mais pobre, não só no Paraná como em outras regiões do país. A erva-mate era produto de exportação legal, mas também de contrabando. Era encontrada em grande quantidade nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Na divisa com a Argentina, a distância dos grandes centros e as dificuldades de transporte acabam por favorecer o contrabando. A partir de 1860 foi descoberta a possibilidade de explorar e exportar a erva-mate do Sudoeste paranaense. Desde então a região passou a ser procurada por pessoas que vinham do Rio Grande do Sul, da Argentina e de outras localidades. O aumento da população e o incremento da exploração da erva fizeram com que essa atividade, depois da criação de gado bovino, fosse o maior negócio da região" (STECA E FLORES, 2002: 181-185).

reduzia o escasso e irregular *comércio* do caboclo. Prova disto é que o número de bodegas, na região Sudoeste paranaense, não era muito grande (BONETI, 1998: 102).

Também, entre os caboclos, havia aqueles que se dedicavam à criação de suínos e, em menos proporção, à criação de gado. O suíno e o gado eram criados soltos, e se alimentavam daquilo que a mata fornecia, principalmente de frutos silvestres. A criação destes animais não se associava à propriedade da terra. As terras eram *livres* e a mata estava à disposição dos animais de criação (FERES, 1990: 497).

Ainda, para o referido autor, a grande maioria dos caboclos do Sudoeste paranaense possuía entre cinco a sete alqueires de terra. Viviam em ranchinhos de pequenos troncos com folhas de bambu. Entre as décadas de 1920 e 1930, quase todas as casas eram de chão batido (FERES, 1990: 497).

As famílias caboclas conformam-se e reproduzem-se em um ciclo longo, geracional. É através do casamento que se estabelece o controle social da divisão dos bens econômicos e culturais, que garantirão a reprodução do segmento. Desse modo, é preciso saber com quem os filhos vão se unir e se os futuros cônjuges atendem aos critérios socioculturais idealizados pelo segmento caboclo (BLOEMER, 2000: 6).

Um outro aspecto, é a prática do “raptó” da noiva ou “fuga” dos noivos que ocorre com maior freqüência entre os caboclos. Apesar das fugas serem freqüentes, os relatos são acompanhados de diversas explicações e justificativas. Houve quem afirmasse que a fuga ocorria por razões econômicas para não fazerem gastos com a festa, ou por oposição dos pais em relação à escolha do parceiro ou parceira, ou, ainda, porque é “costume do lugá” (BLOEMER, 2000: 7).

## **A “exclusão social” dos caboclos no sudoeste paranaense**

Através da iniciativa do Governo Federal, de colonizar a região Sudoeste paranaense, cria-se a Companhia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), pela qual o governo federal passou a efetivar um processo de ocupação da área, normatizando as posses já existentes dos caboclos e, fundamentalmente, incentivando a chegada de *migrantes* oriundos principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Esse fato provocou uma significativa mudança no sistema de produção e no

uso da terra na região Sudoeste paranaense. Nesse processo de mudança, a limitação do tamanho das propriedades rurais fez com que se tornasse impossível, aos caboclos, dar continuidade ao sistema extensivo de produção (BONETI, 1998: 115).

Neste sentido, para Abramovay (2005: 8), a formação da propriedade da terra nas regiões de agricultura familiar do Brasil meridional apóia-se, na maior parte dos casos, na eliminação social do “caboclo”, pois as formas itinerantes de utilização do solo que se apoiavam no sistema de *pousio* longo foram sendo substituídas por períodos cada vez mais curtos de *pousio*, por aqueles migrantes que chegaram ao Sudoeste paranaense.

A partir de 1970, com a implantação de insumos de origem industrial característicos da Revolução Verde, houve a destruição massiva da cobertura florestal, acentuada de forma drástica pela adoção dos pacotes tecnológicos que se impuseram como padrão produtivo dominante. Esta eliminação social - dos caboclos - e ambiental, se fundamenta numa ética do trabalho e da propriedade familiar que molda a experiência comum de toda a Região Sul do Brasil.

Aliado a isso, vejamos o que afirma Bittencourt e Bianchini (1996):

Após os caboclos desbravarem a região, constituindo suas comunidades, normalmente isoladas, as empresas colonizadoras (companhias) encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas aos colonos de origem européia, oriundos do Rio Grande do Sul, em cuja região, a escassez de terras já inviabilizava a reprodução familiar (BITTENCOURT E BIANCHINI, 1996: 20).

O *segundo* fator, desfavorável à permanência dos caboclos na região, e apontado por Boneti (1998: 116), foi a chegada das *relações mercantis*, que se iniciaram ainda com os caboclos, especialmente com a produção das *safras*, mas aceleraram-se à medida que os *migrantes* foram ocupando os espaços na região. A falta de habilidades dos caboclos no manuseio com o dinheiro, na lida com *relações capitalistas* (trazida pelos migrantes para a região), fazia com que, pouco a pouco, estes entrassem num violento processo de “exclusão social” e perda de suas posses.

Portanto, de modo geral, a falta de habilidade, por parte dos caboclos, no trato com as *relações mercantis* e ainda o poder dominante do *padrão cultural* dos migrantes, foram os dois principais fatores de expulsão dos caboclos da região do Sudoeste paranaense.

Outro elemento importante para a “exclusão social” dos caboclos no Sudoeste paranaense refere-se à participação do mesmo nesta “nova sociedade”. O caboclo teve dificuldades em interação para sobreviver nesta nova cultura trazida pelos imigrantes, principalmente nas relações econômicas, como já citadas, mas também nas relações políticas.

De acordo com Bittencourt e Bianchini (1996: 78), a participação política dos caboclos é baixa, quase nula. Alguns são sócios do Sindicato e um grupo menor à Cooperativa de Produção. A participação em grupos de produção é quase nula. Alguns têm acesso ao crédito da cooperativa, através do “troca-troca”, mas sempre em valores desprezíveis e, em sua maioria, nunca tiveram acesso ao crédito rural. Apesar de apresentarem algum nível de alfabetização, eles sempre foram *excluídos* das *informações sobre políticas públicas e da formação técnica*.

Portanto, fica claro, de acordo com o referido autor, que os caboclos foram excluídos das relações sociais trazidas por esta nova sociedade de migrantes que se estabelecia no Sudoeste paranaense. O convívio social, as relações econômicas, políticas e culturais, fizeram com que as relações (principalmente capitalistas) implementadas pelos migrantes “dizimasse” a cultura e o modo de viver do caboclo.

Apoiando-se em Boneti (1998: 117), podemos afirmar que o caboclo do Sudoeste paranaense foi *excluído*, inicialmente, da sua terra, onde estava situada a base do seu sistema produtivo. Para Maestri (2005: 232), o caboclo mantinha relação de posse precária com a terra, que, associada à sua destribalização, ensejou o fim do domínio e do controle comunal milenar, mesmo não permanente, de um amplo território. Isto, como evidenciado, foi um dos condicionantes para a “exclusão” desta sociedade no Sudoeste paranaense.

Nesse processo, a própria dinâmica das relações capitalistas, iniciada pelo próprio caboclo através das safras<sup>10</sup>, constitui-se no primeiro fator excedente. No momento em que, através das safras, os caboclos levavam as relações comerciais para a região e se capitalizavam, registrou-se a primeira diferenciação social e espacial entre os caboclos *capitalizados* e os *não-capitalizados*. Dava-se, na verdade,

---

<sup>10</sup> A safra significou a inserção dos caboclos com o mercado formal. Dava-se o início do contato formal com o mundo capitalista, na qualidade de produção de mercadorias. Tratava-se do excedente produzido pelo caboclo, à disposição do mercado, possibilitando ao caboclo a aquisição de gêneros de primeira necessidade não produzidos na agricultura (BONETTI, 2005: 111).

o início da “exclusão social” entre os próprios caboclos. A chegada dos *migrantes* acelerou o processo da consolidação das relações capitalistas na região. Com isso, acelerou-se também o processo de diferenciação social, mas, dessa vez, entre os migrantes e os caboclos que ainda permaneciam na região (BONETI, 1998: 117).

A atuação do Estado neste processo de colonização do Sudoeste paranaense e exclusão dos caboclos foi muito importante. Ribeiro de Jesus (1991: 6), afirma que para demarcar as terras foram criados municípios e vilas; para escoar a produção, foram abertas estradas; e para acabar com a violência - do ponto de vista ideológico dos colonizadores - foram subordinados os caboclos ao trabalho nos *moldes capitalistas*, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a *reprodução capitalista*. Portanto, utilizando-se da fertilidade do solo e da mata existente, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos migrantes, inicialmente, formaram uma nova e diferente vida econômica na região.

Para Boneti (1997: 10), “a intermediação entre o capital dinheiro e o capital mercadoria se deu desde o início da ocupação da região, com os caboclos, quando ainda não havia na região os comerciantes locais. Mas, os “safristas”<sup>11</sup> efetuaram este papel”. Deste modo, a aceleração das relações capitalistas foi fundamentalmente um dos fatores para a diminuição e, posteriormente, exclusão da sociedade cabocla no Sudoeste paranaense.

Para completarmos esta constatação, concordamos com Ribeiro de Jesus (1991: 9) que considera o caboclo “uma matriz social das transformações capitalistas”. O capital-dinheiro, concentrado nas mãos dos pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital-agrícola e capital-industrial, que foi se transformando cada vez mais em bens materiais que ganharam gradativamente maior espacialização e, conseqüentemente, transformaram o espaço do Sudoeste paranaense, tanto nos laços econômicos, culturais e étnicos. Portanto, fica evidente que é a partir do desdobramento do evento capitalista que a sociedade cabocla foi sendo reduzida.

---

<sup>11</sup> O “safrista” era um caboclo capitalizado graças ao seu capital disponível, ou seja, um comerciante que adquiria de seus vizinhos suínos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportava-os a pé, pelas picadas no mato, os “enchotando”, o que se denomina de “tropas”. Neste caso, a criação de suínos em si não chama a atenção. O que chama a atenção é o comércio gerado a partir desta produção e a capitalização interna a partir deste comércio, ou seja, a compra e a venda do suíno (BONETI, 2005: 111).



Para Wachowicz (1988: 176), a partir da década de 1930 e 1940, as estradas começaram a melhorar e o transporte dos suínos deixou de ser no sistema de “tropeada”, ou seja, a pé, e passou a ser feito em *caminhões*. Deste modo, o próprio sistema da “safra” desapareceu. Com o aumento do número de colonos agricultores, tornou-se impossível a utilização desse sistema. A partir de então, esses animais passaram a ser criados em recintos fechados. Percebe-se, a partir da implementação destes elementos, que as relações de produção, até então praticadas pelos caboclos, são substancialmente modificadas com a chegada dos migrantes.

Abramovay (1981: 31), ressalta que a chegada dos colonos gaúchos e catarinenses no Sudoeste paranaense, a partir, sobretudo, no final da década de 1940, teve um efeito *desagregador* sobre a economia cabocla. Em função da *pressão* desta chegada substancial de migrantes, o caboclo passou a não mais visar a sua produção sobre a terra, mas, sim, a venda sob direito da mesma.

Deste modo, à medida que os migrantes foram chegando mais intensamente<sup>12</sup>, assumindo o comando da dinâmica produtiva e social, construindo uma infra-estrutura social com capelas, escolas etc., os caboclos foram sendo excluídos gradativamente também do convívio social. Tratava-se da gradativa redução do segmento social caboclo na região do Sudoeste paranaense (BONETI, 1998: 117).

Como afirma Abramovay (1981: 24), o sistema agrícola correspondente ao *pousio florestal* e as *formas sociais* a ele correspondentes, teve vida curta e dissolveu-se de maneira pacífica no Sudoeste paranaense a partir da chegada dos *migrantes*, sobretudo riograndenses e catarinenses. Antes de os caboclos formarem uma sociedade estável que se reproduzisse baseada em normas sociais estabelecidas coletivamente, e que pudesse, portanto, esboçar alguma resistência contra a sua extinção, o próprio caboclo foi “seduzido” pelo dinheiro que tomou conta da mata.

Assim, o fim do *pousio florestal* praticado pelo caboclo não só foi o término de uma certa forma econômica de *substituição* de uma população por outra, ou ainda, não apenas uma transição socioeconômica, mas foi, também, uma *mudança étnica e cultural* (ABRAMOVAY, 1981: 25).

---

<sup>12</sup> Entre os anos de 1930 a 1950, marca um período com *intenso e acelerado processo imigratório* de expressivos contingentes populacionais provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo seu auge na década de 1950. Em apenas três décadas (1930 a 1950), ocorre uma ocupação do território em um impressionante movimento de expansão e consolidação da fronteira agrícola do Sudoeste paranaense (MAGALHÃES, 1996: 11).

A partir do momento que a imigração foi adquirindo proporções mais significativas, o desdobramento da terra pelo caboclo passou a ser feito visando não fundamentalmente a produção, mas a venda da terra, ou melhor, a venda do direito sobre ela<sup>13</sup>.

### Considerações finais

Podemos dizer que o caboclo foi uma espécie de “pré-colonizador” do sudoeste paranaense, pois através dele é que os imigrantes de outras etnias e culturas chegaram às terras no meio da mata e fixavam residências em diversos lugares, mesmo que sua intenção fosse somente para a venda da terra<sup>14</sup>.

Dessa forma, o caboclo foi se extinguindo por não se fixar concretamente em determinado lugar para se desenvolver, tanto quanto em número, como em cultura. O mesmo foi migrando, alguns se misturaram a indivíduos de outros lugares, mas, em suma, a maioria foi “dissipada” por imigrantes (italianos e alemães principalmente), que foram adentrando na região do Sudoeste paranaense.

Quanto aos diversos destinos dos caboclos, que hoje estão diluídos na sociedade capitalista da região, temos<sup>15</sup> que muitos de seus descendentes estão nas periferias das cidades do Sudoeste paranaense (principalmente nas cidades maiores como Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos). Estes descendentes diretos

---

<sup>13</sup> O caboclo adentrava na mata, abria uma clareira em um determinado lugar, construía sua casa de madeira lascada, e vivia lá até quando chegava algum migrante vindo, de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul. Estes migrantes compravam as terras por preços muito baixos, ou simplesmente por utensílios que viriam a ser úteis aos caboclos (ABRAMOVAY, 1981: 24; FERES, 1990: 499). Dessa forma, o caboclo migrava para outro lugar adentro da mata, construía sua casinha e ia se mudando, sucessivamente, através da venda das terras onde o mesmo se instalava.

<sup>14</sup> Como afirma Silva (*apud* BLOEMER, 2000: 5), entretanto, “o que é preciso, e é justo, é não esquecer a obra dos caboclos que ainda continua. Eles é que rasgaram os trilhos por que se orientariam as primeiras estradas e pelas quais seguiriam, mais tarde, os primeiros colonos. Eles, com seus produtos e animais domésticos, vendidos a longo prazo, é que ajudaram a garantir a subsistência desses colonos e de suas famílias”.

<sup>15</sup> Em nossa pesquisa - As migrações e as transformações territoriais na Comunidade Barra do Rio Tuna – Francisco Beltrão, Paraná -, realizada em 2005, coletamos dados referentes ao destino dos caboclos, e nestes encontramos evidências, através de entrevistas realizadas com alguns caboclos, que estes e seus descendentes diretos estão principalmente hoje no subemprego informal das cidades do Sudoeste paranaense; porém, muitos permanecem ainda em alguns pequenos pedaços de terra nas cidades da região, produzindo para subsistência em pequenas propriedades familiares.

estão trabalhando em sua maioria no subemprego, na construção civil e em indústrias das cidades da região.

Também podemos compreender, levando em consideração a afirmação de Corrêa (1970: 95), que afirma que "apesar dessa população ser iletrada e pobre, alguns 'safristas' e bodegueiros prosperaram e adquiriram prestígio entre os novos ocupantes da região, de forma que depois de 1950, mais de um município teve um 'caboclo' como Prefeito". Deste modo, verifica-se que alguns devem ter conquistado alguma posição de destaque na sociedade, sendo na política ou até mesmo na agricultura, principalmente na produção de suínos.

Em pesquisa realizada pela Assesoar (1998: 2), observou-se que da população cabocla que está fixada na zona rural do Sudoeste paranaense, e que se caracteriza como pequenos agricultores, 18% se declararam de origem luso-brasileira ("caboclos", na maioria). Portanto, isso mostra que o fenômeno ainda está de alguma forma presente na região. Certo é que os caboclos constituíram uma sociedade muito importante para a colonização do Sudoeste paranaense e que, hoje, estão reduzidos e espalhados em meio à sociedade constituída/construída de migrantes que se fixou e transformou a região. Sem sombra de dúvida, o movimento migratório abarcou a sociedade cabocla, dizimando sua cultura e, principalmente, transformando seu modo particular de vida.

### Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste do Paraná*. São Paulo, 1981. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH/USP.

ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R; SCHRÖDER, M. *As forças sociais dos novos territórios – O caso da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FEA/USP, 2005. Disponível em <<http://www.rimisp.cl/seccion.php?seccion=308>> Acesso em: 22/04/2006.

ASSESOAR. *História do ASSESOAR*. Grafitt: Francisco Beltrão/PR, 1998.

BITTENCOURT, Gilson Alceu; BIANCHINI, Valter. *A agricultura familiar na Região Sul do Brasil*. DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais. Santa Catarina, 1996.

BOYER, Véronique. O Pajé e o Caboclo: de Homem a Entidade. *Revista Mana – Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, v. 5, n-1, p. 29-56, 1999.

BONETI, Lindomar Wessler. *O significado histórico do levante armado dos colonos do Sudoeste do Paraná ocorrido em 1957*. 2ª ed. Editora UNIJUÍ: Ijuí, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná*. In: Os caminhos da Exclusão Social (Org. ZARTH, Paulo). Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

\_\_\_\_\_. *Formação e Apropriação do Espaço Territorial do Sudoeste do Paraná*. In: (Org.) ALVES, Adilson Francelino, FLAVIO, Luiz Carlos, SANTOS, Roselí Alves dos. *ESPAÇO E TERRITÓRIO interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão. 2ª ed. 2005.

BLOEMER, Neusa M. Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. 1ª ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1972.

CAMARGO, João Borba de. *Geografia Física, Humana e Econômica do Paraná*. 3ª ed. Gráfica Boa Ventura. Maringá, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 32, nº 1, jan.-mar. 1970.

FERES, João Bosco. *Propriedade da Terra. Opressão e Miséria – O meio Rural na História Social do Brasil*. Amsterdam: CEDLA, 1990.

IBGE. Classificação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – 2000.

\_\_\_\_\_. Base Cartográfica do Brasil – 2000.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense*. 3ª ed. Editora Grafite: Francisco Beltrão, PR, 1998.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira in: STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 231 - 232.

MAGALHÃES, Marisa V. *O Paraná e as migrações – 1940 a 1991*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado) - CEDEPLAR, UFMG.

MARTINS, Paulo Soderó. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: Vieira, Célia Guimarães et al. (orgs.). *Diversidade biológica da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 369-384.

MONBEIG, Pierre. *O Brasil*. 5 ed. Tradução de Hélio de Souza e Gisela Stock de Souza. São Paulo: Difel, 1975. (Coleção "Saber Atual")

MONDARDO, Marcos L. *As Migrações e as Transformações Territoriais na Comunidade Barra do Rio Tuna – Francisco Beltrão – PR*. Francisco Beltrão, Paraná, 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UNIOESTE.

RIBEIRO DE JESUS, Samir. *Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do planalto serrano*. Florianópolis: UFSC/CFH, 1991. 176 p. (Dissertação de mestrado).

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: Do século XVI à década de 1950*. Londrina: ed. UEL, 2002.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. 'Da raça à doença em Casa-grande e senzala'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. IV(2), pp. 231-43, 1997.

WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2ª ed. Editora Vicentina: Curitiba, 1987.

\_\_\_\_\_. *História do Paraná*. 6ª ed. Editora Gráfica Vicentina. Curitiba, 1988.

WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altivia Pilatti. *Ocupação do Paraná*. Cadernos de Migração. Vol. 3, 1988.

Recebido em: 27/04/2007

Aprovado em: 21/11/2007